



BONECAS QUE CONTAM HISTÓRIAS

saberes das mulheres do
Quilombo São José da Serra



Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Iphan / Ministério da Cultura

Realização

Ministério da Cultura
Margareth Menezes

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Presidente
Leandro Antônio Grass Peixoto

Diretor de Patrimônio Imaterial
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Diretor
Rafael Barros Gomes

Coordenação Técnica
Raquel Dias Teixeira

Coordenação Administrativa
Lucilene Malaquia da Silva

Divisão de Pesquisa
Ana Carolina Nascimento

Museu de Folclore Edison Carneiro
Elizabeth Bittencourt Paiva Pougny

Biblioteca Amadeu Amaral
Juliana Taboada

Divisão de Arquivo
Daniel Reis

Difusão Cultural
Lucila Silva Telles

Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro

Presidente: Edilberto José de Macedo Fonseca

Programa Sala do Artista Popular

Coordenação
Ana Carolina Nascimento

Pesquisa e texto
César Baía

Fotografias
Francisco Moreira da Costa

Edição e revisão de textos
Lucila Silva Telles
Natália Natalino | Barra Livre

Programação visual
Aurélion Marques Fernandes | Barra Livre

Produção audiovisual
Alexandre Coelho Neves

Montagem
Jorge Guilherme de Lima
José Marcos Macedo Tertuliano

Realização:



Sede da Associação da Comunidade Negra
Remanescente do Quilombo São José da Serra

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Amadeu Amaral

B712

Bonecas que contam histórias : saberes das mulheres do Quilombo São José da Serra / pesquisa e texto Cesar Baia. - Rio de Janeiro: Iphan/CNFCP, 2025.
32 p. : il. - (Sala do Artista Popular, n. 211)

Catálogo de exposição realizada no Museu de Folclore Edison Carneiro, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, de 22 de maio a 29 de junho de 2025.
ISSN: 1414-37551.

1. Boneco. 2. Atividade produtiva. 3. Técnica artesanal. 4. Artesão. 5. Artista popular. 6. Rio de Janeiro - Valença. 7. Quilombo São José da Serra. I. Baia, Cesar. II. Série.

CDU 688.721-331.1-055.2 (815.37)

Elaborada por Juliana Taboada - CRB-7/6661

A Sala do Artista Popular, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP, criada em maio de 1983, tem por objetivo constituir-se como espaço para a difusão da arte popular, trazendo ao público objetos que, por seu significado simbólico, tecnologia de confecção ou matéria-prima empregada, são testemunho do viver e fazer das camadas populares. Nela, os artistas expõem seus trabalhos, estipulando livremente o preço e explicando as técnicas envolvidas na confecção. Toda exposição é precedida de pesquisa que situa o artesão em seu meio sociocultural, mostrando as relações de sua produção com o grupo no qual se insere.

Os artistas apresentam temáticas diversas, trabalhando matérias-primas e técnicas distintas. A exposição propicia ao público não apenas a oportunidade de adquirir objetos, mas, principalmente, a de entrar em contato com realidades muitas vezes pouco familiares ou desconhecidas.

Em decorrência dessa divulgação e do contato direto com o público, criam-se oportunidades de expansão de mercado para os artistas, participando estes mais efetivamente do processo de valorização e comercialização de sua produção.

O CNFCP, além da realização da pesquisa etnográfica e de documentação fotográfica, coloca à disposição dos interessados o espaço da exposição e produz convites e catálogos, providenciando, ainda, divulgação na imprensa e pró-labore aos artistas, no caso de demonstração de técnicas e atendimento ao público.

São realizadas seis exposições por ano, cabendo a cada mostra um período de cerca de dois meses de duração.

A SAP procura também alcançar abrangência nacional, recebendo artistas das várias unidades da Federação. Nesse sentido, ciente do importante papel das entidades culturais estaduais, municipais e particulares, o CNFCP busca com elas maior integração, partilhando, em cada mostra, as tarefas necessárias a sua realização.

Uma comissão de técnicos, responsável pelo projeto, recebe e seleciona as solicitações encaminhadas à Sala do Artista Popular, por parte dos artesãos ou instituições interessadas em participar das mostras.



Centro de Umbanda São Jorge Guerreiro
e Cáboclo Rompe-Mata

BONECAS QUE CONTAM HISTÓRIAS

saberes das mulheres do Quilombo São José da Serra

César Baía

Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.

Nego Bispo

O Quilombo São José da Serra, localizado no Vale do Paraíba (Serra da Beleza, distrito de Santa Isabel, município de Valença, sul do Rio de Janeiro), é um exemplo emblemático da resistência e do protagonismo feminino em territórios quilombolas, implícito no poema de Nego Bispo.



Localização do Quilombo São José da Serra
fonte: Silva (2016)

A história desse quilombo remonta a um passado de luta, resistência e herança cultural dos escravizados da Fazenda São José, no século 19, que se reflete nas práticas e tradições mantidas por seus descendentes no território, entre elas, o Jongo e o saber-fazer bonecas de palha de milho e bucha seca, objeto desta exposição na SAP.

Das mãos das mulheres do quilombo surgem bonecas que fazem a vida se alargar. Mais do que simples brinquedos, essas bonecas são símbolos de liberdade, memória e identidade, uma celebração do protagonismo das mulheres de São José da Serra. Cada boneca carrega afeto e histórias de um passado ainda presente, sendo testemunho de luta e resistência. Cada traço é um segredo. Nos fios da palha e da bucha está a alma do território.

Sobre o saber-fazer essas bonecas, os relatos orais dão conta de que Terezinha do Nascimento Fernandes, carinhosamente tratada por todos como Tia Tetê (1944-2023), nasceu e foi criada no território da Fazenda São José. Matriarca contemporânea, uma das principais vozes na luta pelo reconhecimento territorial e contra o racismo estrutural, esteve à frente do centro de umbanda local, responsabilidade herdada de sua mãe, Zeferina do Nascimento (1925-2003). Tia Tetê integrava práticas religiosas à mobilização política, reforçando a identidade coletiva e a noção de pertencimento e proteção do território. Era também conhecida por sua habilidade em confeccionar bonecas de palha de milho e bucha seca, e transmitiu a técnica às suas filhas, netas e a outras mulheres do quilombo, transformando matéria-prima em arte e memória viva.

A rigor, trata-se de uma “tradição inventada”¹, para atender, em meados da década de 2000, à necessidade de gerar renda para as famílias da Fazenda São José da Serra, que, na época, já era fonte de estudos e pesquisas, além de atração turística. Foi um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater) quem, no início dos anos 2000, visitando o território para um evento na escola, avistou a quantidade de palha de milho que era descartada e sugeriu aproveitá-la no artesanato como complemento de renda. Levou ao quilombo uma professora que ensinou o artesanato das bonecas à Tia Tetê. Em seguida, no ano de 2007, a Artesol - Artesanato Solidário e o Ministério do Turismo, com apoio da Prefeitura Municipal de Valença, organizaram um curso para que Tia Tetê repassasse a técnica a um grupo maior. O projeto promoveu oficinas de capacitação, palestras e a participação das artesãs do grupo em feiras de artesanato (Artesol, 2008).

E assim foi! Tia Tetê faleceu em 2023, aos 79 anos, mas deixou um legado de resistência que continua inspirando novas gerações a manter viva a história do quilombo.

1 A “invenção da tradição” é um conceito popularizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1990), que propõe que muitas tradições que parecem ou supostamente são antigas foram, na verdade, criadas recentemente, muitas vezes em resposta a uma nova situação ou a um momento de crise. Elas têm uma definição simbólica e tentam obter alguma veracidade de que vêm do passado. Podem ser usadas para compreender os usos ideológicos do passado e as utilizações políticas da memória e da comemoração. Para os autores, a identidade – cultural ou nacional – é construída e, portanto, contingente.



Janaína Fernandes de Azedias na feitura das bonecas





Terezinha do Nascimento Fernandes (Tia Tetê)



Zeferina do Nascimento (Mãe Zeferina)

Do mesmo modo que sua mãe, Mãe Zeferina, é reconhecida como uma das principais referências da comunidade por sua liderança e representatividade. Mãe Zeferina ocupa, ainda hoje, um lugar simbólico de liderança, sendo citada como figura primordial nas narrativas locais, o que sugere seu papel como grande matriarca e guardiã das tradições quilombolas.

Mãe Zeferina é neta de Pedro da Costa Seabra e de Militana Maria de Jesus, avós cativos, e filha de Manoel Pereira do Nascimento e Brandina Maria, nascidos livres pelo “ventre livre”. Foi líder espiritual do Quilombo São José da Serra, função herdada por sua filha, Tia Tetê.



Crianças e adolescentes na roda de Jongo da Festa do Balaio — Festa de 20 Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra e Zumbi dos Palmares

Para seu filho Antônio do Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão, deixou a determinação da luta pela terra, titulada pelo Incra em 2015.

Com efeito, Mãe Zeferina manteve vivas práticas ancestrais como o Jongo, a dança de origem africana ligada à ancestralidade e a resistência negra. Seu legado inclui a transmissão desses rituais às novas gerações, quando decidiu, por exemplo, que as crianças e adolescentes passassem a frequentar as rodas de Jongo, antes proibidas para elas, conectando gerações através de cantos e tambores — tornando, assim, sua prática um ato político de resistência contra a opressão associada à ancestralidade.

Além disso, exercendo sua autoridade desde muito cedo — com apenas 15 anos e já casada —, decidiu que as crianças passassem a ter lugar à mesa das refeições, antes reservado aos adultos, que deixavam os restos às crianças para que elas comessem coletivamente com as mãos. Soma-se a isso a determinação de que todos se alfabetizassem, principalmente os homens adultos.

Assim, podemos afirmar que o Quilombo São José da Serra é um símbolo histórico da resistência negra e de preservação cultural afro-brasileira, com destaque para o protagonismo das mulheres, como Mãe Zeferina e Tia Tetê. Suas trajetórias iluminam a luta pela manutenção do território, as tradições ancestrais e a identidade quilombola, mantidas por suas descendências.



Atabaque, instrumento de percussão de origem africana, usado principalmente em rituais religiosos e danças afro-brasileiras, como o candomblé, a umbanda e o Jongo



Roda de Jongo na Festa do Balaio – Festa de 20 Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra e Zumbi dos Palmares



Raízes históricas do Quilombo São José da Serra²

Durante o período colonial, a ocupação do Vale do Paraíba teve início com as expedições bandeirantes, que partiram do litoral do Rio de Janeiro rumo ao interior em busca de ouro e indígenas, muitos dos quais escravizados para o trabalho agrícola. Esse avanço, ocorrido no século 17, provocou o massacre de diversas etnias indígenas. Posteriormente, houve a divisão e concessão de terras para o cultivo do café, por meio das sesmarias, favorecendo aliados da Coroa portuguesa. Assim, até as primeiras décadas do século 19, consolidou-se a presença desses grupos no interior fluminense, sustentada pela exploração brutal da mão de obra escravizada, composta por povos originários e africanos.

Os africanos escravizados foram levados para o interior do Rio de Janeiro, especialmente para o Vale do Paraíba, que, a partir do século 20, se consolidou como um dos principais polos produtores de café no Brasil. As grandes fazendas cafeeiras da região dependiam da força de trabalho escravizada.

Durante esse período, o Vale do Paraíba consolidou-se como um centro de riqueza e poder econômico, conhecido como o Vale do Café, marcado pela presença de grandes fazendas cafeeiras. Entre essas propriedades, destacava-se a Fazenda São José, que impulsionou o crescimento de diversos povoados e vilas em seu entorno, dando origem a municípios como Valença, Resende, Barra Mansa e Paty de Alferes, entre outros.

Os escravizados constituíam a base econômica das fazendas cafeeiras, executando tarefas que iam desde o plantio até a secagem dos grãos, sempre sob condições desumanas. Tanto que, em 1838, em Paty do Alferes, a região foi palco da maior rebelião contra a escravidão, envolvendo aproximadamente 300 escravizados. A revolta foi liderada por Manoel Congo, um ferreiro escravizado, e por Mariana Crioula, uma mulher escravizada cuja liderança inspirou muitos a se levantarem contra seus opressores. Ambos se tornaram símbolos duradouros da resistência e da luta pela liberdade.

Nesse processo, a Fazenda São José da Serra, já na segunda metade do século 19, pode-se afirmar que sofreu um processo de aquilombamento, uma vez que acolheu muitos daqueles que fugiram de outras fazendas às vésperas da abolição da escravidão. Seu fazendeiro, José Gonçalves Roxo, era proprietário do casal Tertuliano e Miquelina, que tiveram cinco filhos – Dionísio, Geraldo, João, Maria e Vitalina – e permaneceram na fazenda após a abolição. Também o casal Pedro da Costa Seabra e Miltana Maria de Jesus retornou fugido para a São José da Serra, depois de ter sido vendido para uma fazenda vizinha em Santa Isabel do Rio Preto.

Durante as décadas de 1930 e 1940, grande parte dos descendentes de Dionísio deixou as terras da fazenda e seguiu para as plantações de laranja em Nova Iguaçu ou para a cidade do Rio de Janeiro,

² Sobre as raízes históricas do Quilombo São José da Serra, cf. Mattos e Abreu (2011); o site do Labhoi (Laboratório de História Oral e Imagem): <http://www.labhoi.uff.br/>; o filme *Memórias do cativeiro* (2005), construído a partir do acervo oral do Labhoi e dirigido por Guilherme Fernandez e Isabel Castro: <https://www.youtube.com/watch?v=JEW4k8Wpofw>; e o canal no YouTube do Lide (Laboratório da Imagem Documental em Educação): <https://www.youtube.com/@lideuff5084>.

com destaque para o Morro da Serrinha. Brandina, por outro lado, permaneceu em São José e casou-se com Manoel Seabra, que chegou à comunidade ainda recém-nascido, tendo sido vendido como escravizado na Bahia junto com seus pais, Pedro Cabinda e Militana, por volta de meados do século 19. Dessa união e das relações estabelecidas ao longo do tempo, consolidou-se uma forte relação de parentesco, que deu origem aos atuais moradores do território quilombola.

Após a abolição da escravidão, em 1888, muitos ex-escravizados permaneceram nas fazendas. É o caso da São José, mesmo depois de ter sido vendida, em 1895, a Fernando Antônio Ferraz, proprietário de inúmeras outras fazendas na região. Aos ex-escravizados foram doados, informalmente, pequenos pedaços de terra onde já viviam, como forma de garantir a produção com mão de obra “remunerada” no regime de “terça” ou de “meia”; ou seja, de tudo o que os trabalhadores produziam, eram obrigados a destinar uma terça parte e até metade para o fazendeiro, dono do meio de produção fundamental para a exploração agropecuária: a terra.

Sebastião Fernandes, o Sebastião Zequinha, era empreiteiro e líder da comunidade: recrutava os trabalhadores para os serviços na fazenda, que eram realizados sob as ordens dos fazendeiros da família Ferraz. Os mais velhos narram que, de fato, os negros trabalhavam para os Ferraz e todos eram remunerados, embora a relação fosse marcada pela subordinação.



Sala da casa de Tia Tetê

Na Fazenda São José da Serra, os ex-escravizados que ali permaneceram conseguiram criar núcleos de resistência cultural e agrícola de subsistência. Suas técnicas de cultivo influenciaram práticas locais, mesmo em meio à marginalização social, contribuindo, desse modo, para a identidade regional por meio da música – como o Jongo –, da religiosidade e da culinária, elementos que hoje são parte significativa do patrimônio imaterial da região.

Nessa rica história do Quilombo São José da Serra, é forçoso citar Antônio Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão (1946-2022), filho de Zeferina Nascimento e Sebastião Fernandes, o Sebastião Zequinha, ambos netos de antigos cativos da Fazenda São José. Sebastião era filho de José Geraldo e neto do escravizado Geraldo. Zeferina tinha o mesmo nome da avó, escravizada e casada com o Velho Dionísio, também nascido na São José.

Toninho Canecão, amparado e orientado pela sabedoria de seus ancestrais – principalmente por sua mãe, Zeferina, e sua irmã, Tia Tetê –, tornou-se uma grande liderança política na região. Sua atuação firmou-se a partir do momento em que confrontou o

fazendeiro por melhores condições de vida para os trabalhadores da fazenda, garantindo, assim, uma nova negociação que lhes assegurou remuneração mais justa por seus trabalhos. Essa liderança política fortaleceu-se quando Toninho aproximou a tradição rural dos descendentes dos escravizados da Fazenda São José das propostas políticas do Movimento de Negro, cujo trabalho e mobilização resultaram na inclusão do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, o direito à propriedade definitiva, determinando que o Estado emita os títulos respectivos.

Toninho foi vereador do município de Valença entre 1996 e 2000 e, depois, foi Coordenador de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Valença. Nesse processo, em 1996, convencido de que o Jongo era a principal ferramenta de afirmação política e cultural da identidade negra e quilombola, assim como da luta pela posse dos territórios quilombolas, ele levou o Jongo para fora do quilombo, inicialmente para a sede do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, em Valença. Em seguida, o levou para outros municípios do entorno e, até mesmo, para o Rio de Janeiro, onde as vozes e os batuques do Jongo eram – e ainda são – o som da memória no cativeiro e, ao mesmo tempo, a celebração, porque sobreviveram, superando a tristeza com prazer e alegria, que os fortalece na luta por melhores condições de vida.

Nesse processo histórico, ao longo do século 20, os ex-escravizados da Fazenda São José da Serra e suas descendências sofreram toda sorte de reveses por parte dos herdeiros da terra, que mudaram as relações de trabalho, aumentando as dificuldades de permanência naquelas terras. Entre essas práticas, destaca-se o confinamento em uma área da fazenda, onde eram proibidos de realizar qualquer atividade produtiva fora dela e até mesmo de transitar pela área da sede até muito recentemente, o que os obrigava a longas caminhadas de ida e volta para suas casas, além do trabalho como diaristas e/ou no sistema de terça, sempre marcado pela exploração de sua força de trabalho.

No entanto, ao longo desses processos, resistiram, fundamentados em uma fortíssima religiosidade umbandista e católica, bem como em vontade política, lideradas por Mãe Zeferina, Tia Tetê e por Toninho Canecão, respectivamente. Assim, fortalecidos, construíram uma igreja e uma escola pública em um local de fácil acesso no território, denominado por eles de terreiro, onde realizam seus cultos afrocatólicos e garantem o acesso de suas crianças ao ensino básico. O espaço do terreiro também passou a reunir a comunidade, com o objetivo de traçar estratégias de luta pela posse da terra e por melhores condições de vida, além, é claro, de realizar suas festas.



Toninho Canecão, Tia Tetê, Mãe Zeferina e Nilton José dos Santos; no colo, Beatriz Fernandes de Azedias dos Santos (2001)



Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão)





Em 1999, a Fundação Palmares certificou oficialmente o território da Fazenda São José da Serra como um quilombo remanescente, reconhecendo o direito dos descendentes dos antigos escravizados à terra onde seus ancestrais viveram. Esse reconhecimento foi fundamental para a continuidade da luta pela posse e pelos direitos culturais do território. Ainda nesse mesmo ano, foi criada a Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra e teve início o processo reivindicação da posse da terra junto ao Incra. A esse processo somou-se o pedido de reconhecimento e de registro do Jongo como Patrimônio Cultural Brasileiro ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), feito em conjunto com a Associação do Jongo da Serrinha.



Capela de São José da Serra



Local de reuniões da comunidade. Ao lado, a Escola Municipal Zeferina do Nascimento Fernandes, em homenagem à matriarca do quilombo

O resultado desses processos foi, primeiro, o reconhecimento em 15 de novembro de 2005, pelo Iphan, que conferiu ao Jongo do Sudeste o registro no Livro das Formas de Expressão e o título de Patrimônio Cultural Brasileiro, e, depois, a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) do Quilombo São José da Serra em 30 de abril de 2015.

Com efeito, a certificação do Quilombo São José da Serra pela Fundação Cultural Palmares, a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) pelo Incra e o reconhecimento pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro representaram importantes marcos na luta quilombola pela posse de suas terras, em que se destaca o protagonismo das mulheres, sob a liderança de Mãe Zeferina e Tia Tetê, seguidas por Luciene Estevão Nascimento e tantas outras, que, juntamente com Toninho Canecão, enfrentaram décadas de desafios para garantir esses e outros tantos direitos, tal como assegurar os meios de subsistência às suas famílias.

Bonecas de palha de milho e bucha: arte e geração de renda

As atividades do quilombo, atualmente, segundo Luciene, são voltadas para a própria comunidade: “Vivemos da agricultura, mas muitos de nós trabalham fora do quilombo. Eu, por exemplo, sou agente de saúde da Prefeitura de Valença”. O artesanato surgiu como um meio de gerar renda e é produzido pelas mulheres do quilombo a partir de materiais que antes eram descartáveis. Esse artesano são as bonecas artesanais de palha e bucha (esponja natural), que fazem sucesso nas festas. Luciene ressalta que sempre se ressentiu de maior divulgação sobre o trabalho e também de um ponto de comercialização, já que, praticamente, só as vendiam nas festas tradicionais do quilombo, como a de 13 de maio, que se tornou uma atividade turística ao longo dos anos – também como estratégia de luta.

A centenária Festa do 13 de Maio, conhecida pela roda de Jongo, passou a ser aberta ao público em 1992, chegando a atrair 4 mil pessoas. Realizada até o ano de 2018, sofreu com a perda de importantes lideranças da comunidade e com a pandemia, mas foi retomada em 2024. Neste mês de maio de 2025, a exposição *Bonecas que contam histórias: saberes das mulheres do Quilombo São José da Serra*, na Sala do Artista do Artista Popular (SAP), é inaugurada em momento oportuno, uma vez que homenageia a Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra, que não realizará sua tradicional Festa do 13 de Maio devido a questões operacionais.



Festa do 13 de Maio, em 2024

A realização da exposição na SAP foi vista com entusiasmo, sendo motivo de estímulo para as artesãs: uma oportunidade de divulgar as bonecas e colocá-las à venda em outros espaços, porque, como afirma Luciene, “elas também se tornaram símbolos de afirmação da nossa identidade e as fazemos com muito amor”.

Entre Maria Santina do Nascimento Roque, a mais antiga artesã ainda em atividade, com 81 anos, e Isabela Fernandes Azedias, a mais jovem do grupo, com 23 anos, estão Maria Pedrina Estevão de Oliveira, Maria Aparecida Fernandes de Azedias, Janaína Fernandes de Azedias, Pâmela Fernandes de Azedias, Paloma Fernandes de Azedias, Lilian do Nascimento Máximo, Luciene Estevão do Nascimento, Gabriela do Nascimento Máximo, Daniele do Nascimento Máximo, Lucia Helena Estevão do Nascimento, Jaqueline da Silva Estevão e Darcilene do Nascimento Firmino. Os sobrenomes dão uma ideia das famílias que formam a comunidade. As mais jovens, que não participaram do curso, aprenderam o artesanato das bonecas com suas mais velhas. O grupo original contava com alguns jovens rapazes, que, no momento, não estão envolvidos com o artesanato.



Bonecas à venda na Festa do 13 de Maio, em 2024



Feijoada na Festa do 13 de Maio, em 2024



Maria Santina do Nascimento Roque (Tia Santina)



Maria Aparecida Fernandes de Azedias (Cida), Paloma de Azedias Maria e Janaína Fernandes de Azedias

Todas as artesãs nasceram e vivem no quilombo, e exercem uma variedade de profissões, dentro e fora do território: agente comunitária de saúde, professora, trabalhadoras da roça, faxineiras. Ocupam diferentes cargos nas festas da comunidade, sendo responsáveis pela organização dos rituais e eventos, pelo cuidado do terreiro, pela comida, feijoada e bolos. Desde o curso, em 2007, passaram a fazer as bonecas para venda, principalmente nas festas, que contavam com grande frequência de público, para venda a turistas que visitavam o território ao longo do ano e também para atender a encomendas. “O que movimenta a economia do mundo é o dinheiro das mulheres”, diz Luciene Estevão, ao observar a importância da venda das bonecas na formação da renda da comunidade.

O modo de fazer as bonecas

A matéria-prima utilizada pelas mulheres do Quilombo São José da Serra para confeccionar as bonecas inclui a palha de milho e as buchas. A palha é obtida das espigas de milho cultivadas localmente, que, após a colheita, são despojadas de suas folhas externas. As buchas, por sua vez, derivam de plantas da família das cucurbitáceas, como a bucha vegetal (*Luffa cylindrica*), também cultivada na região ou coletada na natureza.

O milho é matéria-prima abundante, ainda que esteja diminuindo devido aos ataques à plantação pelo gado de terrenos vizinhos. É plantado em setembro e depende das chuvas para irrigação; a colheita ocorre uma vez por ano, principalmente a partir de abril, ou um pouco antes, entre fevereiro e março. As buchas estão presentes nos quintais, disponíveis durante todo o ano, mas eventualmente precisam ser compradas se ainda estiverem verdes e não tiverem atingido o estágio adequado para a colheita. Ambos são plantados nas roças familiares, apenas para consumo interno: o milho, para alimentação familiar e de animais de criação; as buchas, para uso no banho e para lavar louça.



Palha de milho e bucha seca, matérias-primas das bonecas



As mulheres realizam todo o processo manualmente, desde a colheita. O trabalho é pesado: quebram o milho do pé e carregam as sacas nas costas. Após a colheita, a palha de milho é cuidadosamente retirada das espigas, e os pedaços são separados de acordo com o tamanho adequado para cada parte do corpo ou vestimenta da boneca. As palhas são lavadas e fervidas antes de serem tingidas com corante em pó diluído em água. Depois, são colocadas para secar à sombra, para não manchar, garantindo sua resistência e durabilidade. Esse processo tradicional garante que as folhas fiquem suficientemente flexíveis para serem trabalhadas, mas também fortes o bastante para manter a estrutura das bonecas. Algumas são mantidas com o tom natural.

Com as buchas, depois da colheita, é preciso retirá-las das cascas. Se não forem colhidas secas, é preciso limpar uma substância viscosa de dentro delas. As sementes são removidas de seu interior, lavadas, fervidas — para amaciar e facilitar o tingimento — e deixadas secar por um ou dois dias, a depender do sol. Para usar na cor natural, se a bucha estiver seca, não é preciso molhar nem ferver. Pode-se cortá-la no tamanho desejado para fazer saias, mangas fofas de camisas, bolsas, chapéus ou cabelos das bonecas. Também é possível emendar uma bucha na outra com cola, para fazer saias maiores.



Luciene Estevão do Nascimento e o processo de tingimento das palhas de milho e buchas

As mulheres quilombolas do São José da Serra começam o processo de confecção das bonecas moldando as palhas de milho em torno de dois fios de arame, que servirão para dar a forma aproximada do corpo humano. Em seguida, em um deles, prepara-se o que serão os braços, enrolando a palha de milho e já moldando-a no que será a manga de um vestido, fixando-o ao outro pedaço de arame, em formato de cruz, que será o corpo. Neste, junta-se a palha de milho aberta ao seu entorno, até que tome o formato do vestido. Desse modo, cria-se a forma definitiva das bonecas. Detalhes como os braços e a cabeça – cuja base é uma bolinha de isopor – são cuidadosamente modelados, sempre umedecendo-se a palha de milho com as pontas dos dedos para facilitar as dobras, além de amarrá-las ou colá-las para manter o tronco firme.



Janaína Fernandes de Azedias na feitura das bonecas



Uma vez modelada, a boneca é adornada com pequenos detalhes que envolvem vestimentas tradicionais e adornos feitos de outros materiais naturais. Muitas vezes, as bonecas são pintadas com tintas naturais ou decoradas com bordados, refletindo a rica herança cultural e os costumes do quilombo. Ressalta-se que as bonecas são modeladas e adornadas segundo o ato criativo e artístico de cada uma das artesãs, que as criam a partir do momento que as fazem.

As artesãs realizam as etapas do trabalho sozinhas ou em grupos menores, familiares, nos horários livres de suas outras ocupações profissionais. Algumas são reconhecidas pela habilidade em fazer as cabeças, outras, em fazer os braços, e costumam trocar entre si as partes que formam as bonecas. Mas a forma final é dada por cada artesã. Luciene diz:

Cada uma enfeita de um jeito. De repente, a que eu enfeita agrada a uma pessoa, e a que o outro enfeita agrada a uma outra pessoa (...). Fui eu que fiz, foi a minha ideia, brotou da minha cabeça. Ou eu boto uma voltinha na saia, ou eu boto uma trança no cabelo, que alguém goste.

Algumas das bonecas são inspiradas nas dançarinas das rodas de Jongo, mas, em geral, segundo Luciene, as artesãs não costumam atribuir características de pessoas ou personagens às suas bonecas. Por vezes, são os clientes que enxergam nelas iemanjás, avós, pretos-velhos.

Na feitura das bonecas, além da palha de milho e da bucha, dos terrenos se aproveitam tiras de bananeira para enfeitar. É preciso comprar de fora as bolinhas de isopor, que formam as cabeças, o arame que dá estrutura ao corpo e aos membros, a cola, os corantes e a linha para costura. A cola é o item mais oneroso. Para os enfeites, compram-se palha da costa, cetim, tecidos, lacinhos, flores. Pode-se usar apenas elementos naturais ou combinados aos artificiais. O local mais próximo da comunidade para comprar o necessário é o distrito de Santa Isabel do Rio Preto, distante 13 km. No entanto, lá os preços desses materiais custam mais que o dobro dos encontrados do centro de Valença, a 50 km do quilombo.

Os instrumentos usados são panelas, bacias, tesouras e alicates. Em geral, as bonecas são feitas em etapas: todas as cabeças das bonecas que serão produzidas naquela semana, todos os braços, todos os troncos; montam-se todas as saias e blusas, e depois se passa aos enfeites – cabelos, decoração das saias e acréscimo de elementos como bolsas e chapéus.

A confecção dessas bonecas não é apenas uma expressão artística, mas também um ato de preservação cultural e histórica. As bonecas de palha de milho e bucha são símbolos de resistência, memórias vivas que transmitem as histórias e tradições do Quilombo São José da Serra. Elas representam a força e a criatividade das mulheres quilombolas, responsáveis por dar vida, com suas mãos habilidosas, a pedaços de história e identidade. A origem dos materiais e seu uso criativo refletem a herança cultural e o espírito de liberdade dessas mulheres quilombolas, que continuam a transformar e inspirar vidas por meio de sua arte.



Maria Aparecida Fernandes de Azedias (Cida) enfeitando sua boneca













Referências

ARTESOL – ARTESANATO SOLIDÁRIO. *Bonecas do Quilombo: Quilombo São José da Serra, Valença, Rio de Janeiro.* [S. l.]: Artesol; Ministério do Turismo, 2008. (Catálogo).

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, p. 167-189, 2006.

MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativeiro, patrimônio cultural e direito à reparação. *Iberoamericana*, Belin, v. 11, n. 42, p. 145-158, 2011.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Quilombo São José da Serra.* Belo Horizonte: Fafich, 2016.

Agradecimentos

Este texto foi escrito com base nas narrativas orais que ouvi de alguns dos personagens que cito, nas minhas idas e vindas ao Quilombo São José da Serra para a Festa do 13 de Maio, desde meados da década de 2000, e nas pesquisas de campo realizadas para o CNFCP, com o objetivo de fundamentar a realização desta exposição do Programa Sala do Artista Popular (SAP). Além disso, enriqueci-o com o uso de fontes produzidas pelos Labhoi (Laboratório de História Oral e Imagem) e Lide (Laboratório da Imagem Documental em Educação) da Universidade Federal Fluminense (UFF), grandes responsáveis por iluminar e disponibilizar a rica história do Quilombo São José da Serra, tornando-se parceiros da comunidade quilombola e, desse modo, contribuindo significativamente para o sucesso que têm alcançado, o que é digno de louvor!

Almir Gonçalves Fernandes;
Antônio Carlos Gonçalves Fernandes;
Janaína Fernandes de Azedias;
Luciene Estevão do Nascimento;
Maria Aparecida Fernandes de Azedias;
Maria Santina do Nascimento Roque;
Tia Tetê - Terezinha do Nascimento Fernandes (*in memoriam*);
Pâmela Fernandes de Azedias.

Contatos para comercialização

Associação da Comunidade Negra Remanescente do
Quilombo da Fazenda São José da Serra

Presidente:
Almir Gonçalves Fernandes
(24) 99977-5926

Diretora:
Luciene Estevão do Nascimento
(24) 98131-2194

Sala do Artista Popular | CNFCP
Rua do Catete, 179 (metrô Catete)
Rio de Janeiro – RJ cep 22220-000
mercado.folclore@iphan.gov.br
www.cnfcp.gov.br



RIO DE JANEIRO, 22 DE MAIO A 29 DE JUNHO DE 2025
MINISTÉRIO DA CULTURA | IPHAN | CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR